

NOME: BRUNA MELISSA FRANCISCO

TÍTULO: APLICAÇÃO DA TEORIA DO ETIQUETAMENTO (LABELING APPROACH) PELOS ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL FORMAL: ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA

AUTORES: RENATA APARECIDA FOLLONE, BRUNA MELISSA FRANCISCO, BRUNA MELISSA FRANCISCO

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): CNPq

PALAVRA CHAVE: Criminologia, Etiquetamento, Crítica.

RESUMO

Após todas as discussões sobre a Teoria do Etiquetamento e o estudo da criminologia radical, ou chamada de criminologia crítica, vale destacar outras correntes criminológicas, no qual cada uma apresenta suas ideologias para solucionar todos os problemas da esfera do Direito Penal, como por exemplo, a Criminologia Abolicionista, que teve início em 1990. A mesma ainda apresenta propostas marxistas; entendida como radical, extremista e inaplicável para a sociedade, busca-se então, um meio de solução imediata.

Assim, surge uma atual e nova esfera de pensamento de enorme relevância frente aos problemas encontrados no âmbito do direito penal, a chamada Justiça Restaurativa, que vem tentar superar as falhas, como um meio de unir a democracia e o direito, acabando com a alusão de apenas ressocializar os indivíduos ou solucionar os crimes e delitos cometidos, esta vem para servir de ponte entre o conflito existente e as partes. Servindo de base para a breve superação dos conflitos que venham ao futuro gerar o delito.

Sendo totalmente voluntária a participação das partes, ou seja, não se obrigam a presença destes na Justiça Restaurativa, tendo como base o Princípio da Oportunidade; diferenciando-se totalmente da justiça criminal comum, na qual as partes envolvidas são intimadas e obrigadas a participarem de todas as fases e procedimentos recorrentes a sua materialidade. Em suma se as partes não quiserem participar da Justiça Restaurativa, o procedimento percorre sua esfera de atuação normalmente.

No Brasil, funcionar-se-ia a Justiça Restaurativa nos núcleos integrados de cidadania ou espaços comunitários, no qual seriam instalados os centros de apoio, que se estruturariam em uma equipe multidisciplinar, composta por mediadores. Sua aplicação já vem ocorrendo em diversos estados, com destaque para o Distrito Federal e Rio Grande do Sul, porém ainda trata de um trabalho pioneiro. Rápida e eficaz a Justiça Restaurativa supriria todas as falhas do direito penal.